



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2013.

(Da Sra. PERPÉTUA ALMEIDA)

Requer realização de audiência pública com a participação de setores governamentais e representantes da sociedade civil para debaterem o projeto “Aliança do Pacífico” criado pelos países Peru, Chile, Colômbia e México.

Senhor Presidente,

Requeiro na forma do art. 24, III e VII, combinados com os artigos 32, XV – “b” e “c”, art. 117 – VIII do Regimento Interno desta Casa a realização de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional objetivando discutir com setores governamentais e representantes da sociedade civil o projeto Aliança para o Pacífico, em formatação por países Sul-Americanos.

JUSTIFICAÇÃO

Em junho de 2012, os governos do México, Colômbia, Peru e Chile, decidiram criar o que ficou conhecido como Aliança do Pacífico, a princípio,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

215 milhões de pessoas entre as quatro nações, poderão transitar, estudar, trabalhar e negociar sem necessidade de licenças prévias entre os países que integram o bloco.

A Aliança do Pacífico nasce de experiências como o Mercosul e a Alba, por exemplo, processos de integração regional que se consolidaram e que se firmam cada vez mais como alternativas à crise econômica mundial. Neste diapasão, a Aliança do Pacífico consolida-se como uma região principalmente exportadora de matérias primas, como petróleo, minerais e alimentos, significando cerca dos 35 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, ou seja, com o montante de 2 trilhões de dólares, isto é mais de um terço do PIB latino-americano.

Mas, a Aliança do Pacífico representa um risco ou uma oportunidade para o Brasil? É fato que o Brasil é o maior e mais promissor mercado para essas economias, portanto, discutir a Aliança do Pacífico sob a ótica da integração regional, da maior autonomia econômica e política da região, é o que pretendemos com este evento, inclusive para podermos colher subsídios de como o Brasil pode apoiar este novo mecanismo.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputada Perpétua Almeida
PCdoB/AC